

Ata
Conselho para as Migrações
Reunião de 01 de julho de 2022

No dia um de julho de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas e quinze minutos, reuniu o Conselho para as Migrações (CM), na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

A Sessão de Abertura da reunião contou com a presença da Senhora Secretária de Estado da Igualdade e Migrações, Isabel Almeida Rodrigues, adiante designada por Secretária de Estado.

Presidiu à reunião a Senhora Alta-comissária para as Migrações, Sónia Pereira, adiante designada por Alta-comissária.

A reunião realizou-se em formato misto – presencial e remoto, via Plataforma Teams. Participaram na reunião os/as Conselheiros/as representantes das Comunidades: Brasileira, Cabo-verdiana, Guineense, Moçambicana, Santomense, Chinesa, Romena, Ucrariana, Indiana e Associações não filiadas nas comunidades previstas nas alíneas *b)* e *c)* do n.º 2 do art. 8.º do DL n.º 31/2014, de 27 de fevereiro. Das entidades, marcaram presença: Fundação Aga Khan, Fundação Calouste Gulbenkian, Associação Plataforma Global para o Ensino Superior nas Emergências, Direção-Geral das Artes, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Direção-Geral das Atividades Económicas, Turismo de Portugal, Direção-Geral da Saúde, Direção-Geral da Educação, Direção-Geral do Ensino Superior, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Instituto da Segurança Social, Governo Regional dos Açores, Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Cidadão de Reconhecido Mérito Jorge Malheiros.

Nos termos do n.º 4 do art.º 8 do DL n.º 31/2014, de 27 de fevereiro, a reunião terá a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Sessão de abertura pela Secretária de Estado para a Igualdade e Migrações;
2. Aprovação da Ata da Reunião do CM de 17.03.2022;

3. Implementação do PNI PGM e o seu processo de revisão;
4. Reconhecimento da Associação de Estudantes Africanos em Bragança;
5. Informação e ponto de situação sobre o GT de promoção da participação cívica e política de estrangeiros;
6. Outros assuntos.

Na Sessão de Abertura da reunião, a Secretária de Estado começou por agradecer o convite para participar na reunião, referindo que a mesma se realizava no dia em que se cumpriam dois meses da sua tomada de posse. Em seguida:

- Cumprimentou os /as conselheiros/as que se encontravam na sala, bem como os/as que participaram na reunião por via remota;
- Dirigiu uma saudação especial ao representante do Governo Regional dos Açores, Conselheiro José Andrade, presente na sala, atendendo a que também a Secretária de Estado é oriunda da Região Autónoma dos Açores;
- Salientou o trabalho, já com 24 anos, do Conselho Consultivo do ACM para as questões da migração – iniciado pelo Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI) e prosseguido, a partir de 2014, pelo Conselho para as Migrações, tendo destacado:
 - O apoio do CM na implementação de políticas públicas em matéria de migrações;
 - A sinalização de constrangimentos à integração de migrantes;
 - A necessidade de o CM continuar a contribuir ativamente para superar os desafios que a integração de migrantes enfrenta;
 - A necessidade de encarar os movimentos migratórios como a nova normalidade e, não, como uma exceção.

A Secretária de Estado sublinhou também:

- A disponibilidade da Tutela do ACM para tornar mais eficazes os processos de integração de migrantes e identificar e trabalhar nas matérias que possam ser agilizadas;
- A responsabilidade de, em colaboração com o CM, acelerar os processos cujos resultados demoram mais tempo a alcançar, nomeadamente, pensar em novas formas de resolver problemas antigos;
- A Tutela está a trabalhar na nova Lei do Associativismo Imigrante e na revisão de toda a legislação conexa;
- A consolidação dos instrumentos de proximidade e o trabalho desenvolvido pelo CM são fundamentais para a resolução dos constrangimentos que afetam as comunidades migrantes;

- Apesar de não ser possível resolver todas as questões simultaneamente, dada a complexidade das matérias e os recursos exigidos, é fundamental que o CM apoie na identificação das matérias prioritárias.

Antes de terminar a intervenção e se ausentar da Reunião do CM, a Secretária de Estado manifestou a inteira disponibilidade da Tutela do ACM para ouvir e trabalhar com os/as Conselheiros/as.

A Alta-comissária agradeceu a presença da Secretária de Estado na Sessão de Abertura da reunião e, em seguida, deu início ao ponto 2. da Ordem de Trabalhos – *Aprovação da ata da reunião do CM de 17.03.2022* –, a Alta-comissária informou que a proposta de Ata tinha sido previamente enviada ao CM, tendo havido propostas de alteração de conteúdo quanto às intervenções dos representantes da Fundação Calouste Gulbenkian, Autoridade para as Condições do Trabalho e Direção-Geral da Educação, que solicitaram pequenas alterações ao textos, incluídas na versão final da proposta de Ata.

Submetida à votação do plenário, a Ata da Reunião do CM de 17 de março de 2022 foi aprovada por unanimidade.

Passando ao ponto 3. – *Implementação do PNI PGM e o seu processo de revisão* –, a Alta-comissária deu as seguintes informações ao plenário:

- O PNIPGM vai manter-se em implementação em 2022, no que respeita às medidas de *Implementação Contínua*, e outras que se encontrem em fase de implementação – como é o caso dos Acordos de Mobilidade – e medidas que tenham conclusão prevista até ao final do ano 2021 que não se encontram implementadas;
- Até um próximo PNIPGM, com a implementação destas medidas, garante-se a continuidade das políticas públicas;
- No âmbito internacional do Pacto Global das Migrações, foi submetido o Relatório Voluntário Internacional de Portugal, elaborado no âmbito do primeiro Fórum Internacional para a Avaliação das Migrações – *International Migration Review Forum* (IMRF) que se realizou na Sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, de 17 e 20 de maio;
- No contexto dos trabalhos do IMRF, o Pacto Global está a ser revisto, pelo que também o Plano Nacional será objeto de uma avaliação/revisão. O objetivo é ajustar continuamente as medidas de forma a garantir que as políticas públicas em matéria de migrações acompanham e se adaptam à realidade internacional e

às necessidades nacionais. Para o efeito, será desenvolvido um longo processo que, entre outros, solicitará:

- Ao Grupo Técnico de Acompanhamento do PNI PGM, uma avaliação das medidas até então implementadas por cada área governativa envolvida no Plano, com o intuito de reverem as suas medidas, proporem novas ou afinarem as atuais ou, inclusivamente, substituírem medidas que já se considerem implementadas na sua totalidade;
- Auscultação às diferentes áreas governativas;
- Auscultação aos Serviços do ACM;
- Recolhidos contributos do CM quanto aos bloqueios/questões que considerem importantes resolver mas, também, propostas de soluções, de medidas a serem implementadas;
- Findo o processo, será compilada toda a informação e preparada uma proposta do novo PNIPGM, com os contributos de todas as áreas governativas;
- Este processo foi apresentado como uma futura *Pledge*, internacionalmente e terá também de ser submetida até ao final de março de 2023.

Não havendo pedidos de intervenção quanto a este ponto da Ordem de Trabalhos, a Alta-comissária deu início ao ponto 4. – *Reconhecimento da Associação de Estudantes Africanos em Bragança* –, lembrando que a documentação sobre a associação proposta a reconhecimento tinha sido previamente enviada ao CM, por email:

- A Associação pediu o reconhecimento ao ACM, pelo que o Núcleo de Ligação às Associações do ACM, I.P. (NLA) esteve a apreciar o cumprimento dos requisitos, que concluiu estarem reunidos;
- O Conselho Diretivo do ACM e o NLA estiveram numa visita ao Instituto Politécnico de Bragança onde puderam ver algumas das atividades desenvolvidas.

De seguida, a Alta-comissária deu a palavra à Coordenadora do Núcleo de Ligação às Associações do ACM, I.P. (NLA), Sónia Almada, que apresentou os principais aspetos para o reconhecimento da Associação de Estudantes Africanos em Bragança (AEAB):

- A AEAB está sediada no Distrito de Bragança, o seu âmbito de atividade é nacional e insere-se no Colégio Eleitoral da Comunidade Cabo-verdiana;
- Principais Objetivos:

- Defender e promover os interesses legítimos dos estudantes africanos em Bragança;
- Promover atividades de caráter científico, cultural e social que valorizem e fortaleçam a identidade e unidade dos estudantes africanos em Bragança;
- Organizar, coordenar e participar atividades desportivas e recreativas;
- Principais Atividades:
 - Programa de Integração;
 - Eventos desportivos, culturais e gastronómicos;
 - Realização e divulgação de formações e *workshops* sobre temas do interesse dos estudantes.
- A Associação é constituída maioritariamente por estudantes de origem naturais de Cabo Verde, Angola, Guiné Bissau e Moçambique. O seu trabalho está focado nas seguintes áreas:
 - Integração de estudantes estrangeiros;
 - Promoção do Desporto (integra a equipa masculina e feminina de Futsal);
 - Organização de atividades ao ar livre;
 - Organização de palestras e *workshops*;
 - Atividades de âmbito cultural;
 - Dinamização de atividades com o apoio de voluntários/as da Associação, do Instituto Politécnico de Bragança e entidades parceiras;
- A AEAB tem como receitas fixas as provenientes das cotas pagas pelos sócios, de atividades culturais promovidas junto da comunidade académica e financiamento pontual da Câmara Municipal de Bragança, mantendo, ainda, Protocolos de Cooperação com as seguintes entidades:
 - Associação Arando – Associação Transmontana Cultural e desportiva;
 - Instituto Politécnico de Bragança (IPB);
 - Câmara Municipal de Bragança;
 - Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ);
- Apreciação Final:
 - A AEAB é uma associação com a intervenção direcionada para as atividades essencialmente culturais, desportivas, de convívio e de lazer, que visam a integração dos estudantes africanos em Bragança;
 - Tem uma relação de proximidade com a comunidade local, promovendo a coesão social;

- Em todas as suas atividades, promove a troca de experiências, nomeadamente, por via do desporto, com incentivo à promoção de uma vida saudável e de relações interpessoais de proximidade;
- Reúne todos os requisitos materiais e formais para uma tomada de decisão favorável, relativamente ao pedido de reconhecimento de representatividade, nos termos da Lei n.º 115/99, de 3 de agosto.

Após a apresentação dos critérios para o Reconhecimento, a Alta-comissária deu a as boas-vindas aos dois dirigentes da AEAB, que participaram remotamente na reunião para apresentarem as atividades da Associação e responderem a eventuais questões colocadas pelos Conselheiros.

De seguida, interveio o Presidente da AEAB, Alfa Umaro Sané, que especificou alguns aspetos do trabalho desenvolvido pela associação:

- A AEAB tem estado em permanente articulação com o Instituto Politécnico de Bragança, a Câmara Municipal e a sociedade civil de Bragança para a integração dos estudantes africanos, na sua maioria dos PALOP. No entanto, a Associação apoia igualmente estudantes internacionais de outros países africanos, bem como dos demais países de origem;
- Foi criada uma Casa de Acolhimento para Estudantes Internacionais, que é gerida pela Associação, com o objetivo de apoiar e integrar os estudantes internacionais durante os primeiros dias a viverem em Bragança. Os estudantes recebem informação e aconselhamento sobre alojamento, matrículas, solicitação de apoios sociais, inscrição em atividades extracurriculares, etc.;
- Além da organização de atividades desportivas, a AEAB tem uma equipa feminina de Futsal e uma equipa masculina de futebol. Esta última participa em torneios distritais e é composta por elementos que não são estudantes, como é o caso de médicos e de enfermeiros do Hospital de Bragança, entre outros elementos da sociedade civil.

Tomou também a palavra o dirigente Wanderley Antunes, que acrescentou, quanto à Associação:

- A AEAB foi criada em julho de 2001;
- Promove a integração dos estudantes no Instituto Politécnico de Bragança;

- Está em permanente contacto com a comunidade local, nomeadamente, através dos torneios desportivos já mencionados, e dinamia atividades culturais no Distrito de Bragança;
- Recentemente a AEAB esteve envolvida na organização de um Curso de Formação de Cozinha e Bar para alunos/as do IPB, que contou com 22 participantes. Este curso proporcionou conhecimentos profissionais e oportunidades de emprego na área da restauração aos/às estudantes que queiram ou necessitem de trabalhar nas férias de verão.

A Alta-comissária agradeceu as intervenções, sublinhou que o Conselho Diretivo do ACM teve a oportunidade de fazer uma visita à AEAB e enalteceu o trabalho realizado em estreita ligação com as entidades locais.

Após os representantes da AEAB se terem ausentado da reunião, a Alta-comissária submeteu o reconhecimento da AEAB à votação do Plenário.

O representante da fundação Calouste Gulbenkian (FCG), Conselheiro Hugo Seabra, pediu a palavra, declarando que o seu voto pelo reconhecimento da AEAB era inequívoco, tendo ainda congratulado o trabalho da Associação.

Interveio o representante da Comunidade Moçambicana, Lívio de Moraes, destacando o dinamismo e a motivação da Associação, que considerou louváveis, bem como todo o trabalho desenvolvidos por uma associação de estudantes.

A representante do Turismo de Portugal, Conselheira Ana Paula Pais, sublinhou a participação ativa dos jovens na comunidade e sobretudo o importante trabalho da AEAB na integração de estudantes internacionais em Bragança, um distrito em que é mais difícil criar o dinamismo que esta associação demonstrou ter.

A representante do Instituto da Segurança Social, Conselheira Maria Inês Amaro, felicitou também o desempenho da AEAB e questionou o NLA sobre a razão da associação se incluir no Colégio da Comunidade Cabo-verdiana.

A Coordenadora do NLA esclareceu que, sendo pelo menos 50% dos sócios ou dos corpos sociais de uma mesma nacionalidade, a associação integrará o Colégio do respetivo país de origem, no caso da Comunidade cabo-verdiana.

O representante da Associação Plataforma Global para o Ensino Superior nas Emergências (APGES), Conselheiro Pedro Lourtie, referiu que:

- Conhece bem a realidade do Ensino Superior, sendo que o Instituto Politécnico de Bragança (IPB) é um caso particular de bom acolhimento de estudantes, nomeadamente das várias nacionalidades, incluindo estudantes de Língua Portuguesa;
- A AEAB tem todo o mérito, mas também encontrou um meio muito favorável no IPB para desenvolver as suas atividades;
- Seria interessante fazer um levantamento destas boas práticas e fazer a sua divulgação junto de outras instituições de ensino superior, para fomentar a criação de outras associações de estudantes – dos PALOP ou de outras nacionalidades – noutras localidades.

Interveio o representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Conselheiro Alfredo Monteiro, destacando o empenho da AEAB na integração de alunos/as oriundos/as dos PALOP e de outras nacionalidades em articulação com a Câmara Municipal e com toda a sociedade civil, tendo ainda considerado que a entidade promove um acolhimento de excelência a estudantes internacionais numa região do Interior.

Atentas as intervenções anteriores, a Alta-comissária sublinhou que a presença das associações nas Reuniões do CM em que é votado o seu reconhecimento, tal como foi sugerido pelo Plenário em anteriores reuniões, é uma boa-prática que deve ser implementada doravante.

A representante da Comunidade Brasileira, Conselheira Cyntia de Paula, felicitou a apresentação da AEAB e disse concordar com o seu reconhecimento pelo ACM, I.P., não obstante considerar que o trabalho realizado pelas associações é suficiente para poderem ter acesso aos apoios de que necessitam para exercer as suas atividades. A Conselheira enfatizou também a necessidade de serem criados estímulos à constituição de associações jovens, as quais, tal como demonstrado pela AEAB, podem ter um papel importante no combate ao isolamento das populações.

Pediu a palavra o representante da PSP, Conselheiro Hugo Guinote, informando que a PSP acompanha o trabalho da AEAB há algum tempo, e do qual tem as melhores referências.

O representante das Associações não filiadas nas comunidades previstas nas alíneas *b)* e *c)* do n.º 2 do art. 8.º do DL nº 31/2014, de 27 de fevereiro, Conselheiro Timóteo Macedo, considerou que:

- As associações de estudantes, ou outras, não necessitam do reconhecimento do CM para demonstrarem a sua capacidade de trabalho;

- Na revisão da Lei do Associativismo, é importante discutir a questão do reconhecimento das associações e o papel do CM neste âmbito.

Apesar de o Conselheiro Timóteo Macedo ter considerado o trabalho da AEAB louvável, absteve-se na votação do Reconhecimento da associação, pelas razões acima mencionadas.

A Alta-comissária sublinhou que, tal como referido pela Secretária de Estado, a nova Lei do Associativismo é uma prioridade da Tutela e será uma oportunidade para debater as questões relacionadas com o reconhecimento das associações.

A representante da Comunidade Cabo-verdiana, Conselheira Gracinda Luz, saudou o trabalho que a AEAB tem vindo a implementar há já alguns anos, nomeadamente no que respeita à integração de estudantes. Destacou ainda o facto de o vigor desta associação ser muito significativo para a Comunidade Cabo-verdiana.

A Alta-comissária levou à consideração do plenário a votação do Reconhecimento da AEAB. O Reconhecimento da Associação de Estudantes Africanos de Bragança pelo ACM, I.P., foi aprovado com a abstenção do Conselheiro Timóteo Macedo.

A Alta-comissária solicitou que o NLA informasse a AEAB sobre o resultado da votação e os comentários do plenário quanto ao trabalho apresentado na reunião.

Não havendo pedidos de intervenção, a Alta-comissária avançou para o ponto 5. – *Informação e ponto de situação sobre o Grupo de Trabalho (GT) para a promoção da Participação Cívica e Política de Estrangeiros* –, começando por dar as seguintes notas sobre a primeira reunião do Grupo de Trabalho, realizada por videoconferência no dia 11 de maio de 2022:

- O GT foi impulsionado numa reunião do CM e tem por objetivo trabalhar, de forma aprofundada, a participação cívica e política das comunidades imigrantes. O GT é composto pelos/as representantes do CM que manifestaram ou venham a manifestar essa intenção;
- Principais aspetos que o GT considerou deverem ser alterados ou afinados:
 - O direito de voto nas Eleições Autárquicas dever ser alargado a todas as nacionalidades;
 - Necessidade de revisão da Lei do Associativismo Imigrante e que, sendo do ano de 1999, está desatualizada e desajustada;

- Deve ser dada importância ao movimento associativo imigrante, pelo que devem ser criadas políticas públicas que promovam a sustentabilidade e estabilidade das Associações de Imigrantes, independentemente de projetos de financiamento a atividades;
 - Importante avaliar o estado da participação cívica das comunidades de imigrantes, nomeadamente através da realização de estudos, com dados concretos;
 - A sociedade civil deve ser empoderada, por exemplo, com ações de formação sobre a participação cívica e política e sobre a área da comunicação;
 - Realização de campanhas de sensibilização que destaquem o facto de poder haver participação política sem envolvimento em partidos políticos;
 - Os cidadãos devem ser ouvidos nas matérias que lhes dizem respeito e devem ser estimuladas as entidades públicas, os partidos políticos e pessoas com envolvimento na política, a terem uma maior abertura à participação dos vários grupos sociais, como os imigrantes;
 - Os currículos escolares deveriam incluir temas como a cidadania, igualdade de género e a participação cívica dos imigrantes;
 - A necessidade de serem ministradas mais ações de formação sobre direitos e deveres dos trabalhadores.
- O acesso ao CM foi abordado na segunda parte da reunião, tendo o GT concluído que:
 - No que se refere às competências – ser importante reforçar o poder do Conselho para um papel mais forte e influente sobre as políticas públicas, pensando-se no reforço de competências;
 - Da composição – deve passar a existir, de forma mais estrutural, a representatividade das comunidades da Ásia do Sul. Há muitas comunidades que nunca tiveram representação no CM, a senegalesa, a indiana, a paquistanesa, bangladeshiana, nepalesa;
 - Deveriam poder participar no CM associações e grupos sem que seja necessário o seu reconhecimento prévio pelo ACM;
 - Encontrar um mecanismo que possibilite a participação de pequenas comunidades – em Grupos de Trabalho específicos, reuniões, entre outras ocasiões –, atendendo a que há pequenas comunidades em Portugal que, podendo ser transitórias, devem ter expressão no CM (por exemplo, Gâmbia, Guiné Conacri, Senegal). O CM deve ser flexível e estar atento às dinâmicas da migração em Portugal;

- Nos colégios eleitorais dever haver maior representatividade. Em relação aos três critérios apresentados, é de se pensar na representatividade de pequenas comunidades num só colégio e com base no critério da proximidade geográfica das comunidades em si;
- Quanto à pertinência da participação dos representantes das entidades públicas no CM, no caso de algumas entidades, seria preferível participarem apenas em reuniões para assuntos específicos.

A Alta-comissária passou a palavra ao Cidadão de Reconhecido Mérito Jorge Malheiros, informando que o Conselheiro foi o dinamizador da reunião para, querendo, acrescentar informação.

O Conselheiro Jorge Malheiros tomou a palavra, considerando, em primeiro lugar, que o trabalho foi muito profícuo. De seguida, destacou as principais conclusões:

- É urgente repensar os aspetos relacionados com o movimento associativo, concretamente quanto à sua sustentabilidade e autonomia;
- O direito de voto nas eleições autárquicas deve ser alargado a todas as nacionalidades, pelo que se advoga a revogação da cláusula de reciprocidade e o início da respetiva reforma constitucional;
- Um outro aspeto abordado foi o acesso ao CM:
 - Quanto à representatividade: algumas comunidades imigrantes chamaram a atenção de se estabelecerem critérios de acesso menos exigentes;
 - Há alguma rigidez no acesso ao CM, que não permite acompanhar a dinâmica dos fluxos migratórios;
- A presença permanente, ou não, de algumas entidades públicas no CM também deve ser repensada. Poderia fazer mais sentido a presença de algumas entidades públicas no CM apenas em determinados momentos políticos;
- O objetivo do GT é elaborar uma proposta quanto à revisão da Lei do Associativismo e da reforma do CM, que deverá ser enviada à Tutela do ACM, para pronúncia. Para tal, os participantes do GT deverão estar envolvidos na redação das propostas de mudança concretas que se defendem.

Tomou a palavra a representante da Direção-Geral da Educação (DGE), Conselheira Lina Varela:

- Agradeceu o trabalho dos/as Conselheiros/as que pertencem ao GT para a Promoção da Participação Cívica e Política de Estrangeiros;

- Referiu que no Ministério da Educação a área da Cidadania é muito valorizada;
- Informou que, sendo a Escola um meio muito propício para a aprendizagem e valorização da cidadania, a Direção-Geral da Educação disponibiliza já documentos diversos, para além da Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania:
 - A Cidadania tem uma vertente dupla: pode ser uma disciplina do currículo de um modo transversal ou como disciplina autónoma. Em face das necessidades contextuais, as escolas poderão, a partir de todos os referenciais que existem e da Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania, construir a sua estratégia de cidadania de escola;
 - Este trabalho já realizado pelo Ministério da Educação é muito importante e permite congrega sugestões diversas e abordagens diferentes porque os documentos não têm um caráter de obrigatoriedade, pelo que as escolas têm autonomia de os gerir de acordo com o seu contexto, pelo que as escolas também estão abertas a sugestões.

A Alta-comissária agradeceu a intervenção, referindo tomar boa nota da sugestão de materiais e recursos que possam ser produzidos no âmbito deste trabalho.

O Conselheiro Pedro Lourtie pretendeu destacar, no seguimento da intervenção da representante da DGE, a recomendação do Conselho Nacional de Educação sobre o acolhimento de migrantes e a construção de uma escola mais inclusiva, publicada no dia 29 de junho de 2022, em Diário da República, tendo sido o Vogal do Conselho Diretivo do ACM, I.P., José Reis, um dos relatores da Recomendação.

A Alta-comissária agradeceu a referência e informou que a recomendação seria partilhada com o CM. Acrescentou que o processo de elaboração da recomendação foi muito interessante e foi acompanhado pelo ACM, I.P., de forma próxima.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Alta-comissária sugeriu a criação de um mecanismo de auscultação do CM quanto ao GT para a promoção da Participação Cívica e Política de Estrangeiros ao CM, e a recolha de contributos junto dos/as Conselheiros/as.

Quanto à auscultação do CM, o Conselheiro Jorge Malheiros deu a seguinte nota metodológica quanto às etapas do trabalho a realizar no âmbito do Grupo de Trabalho:

- Envio de sugestões por parte dos/as conselheiros/as face às conclusões apresentadas;
- Na próxima reunião do Grupo Trabalho já se poderia trabalhar no documento das sugestões e elaborar um primeiro *draft* para discussão e pronúncia dos/as conselheiros/as.

A Alta-comissária agradeceu a intervenção e passou a palavra ao representante da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), Conselheiro Hugo Seabra, que informou o plenário sobre o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Fundação na área da diversidade, com o envolvimento da sociedade civil.

O Conselheiro Hugo Seabra saudou o plenário, começando por dizer que foi com muita honra que a FCG acolheu uma reunião do CM. De seguida, informou o plenário sobre o trabalho da FCG na área da Diversidade:

- Desde 2019, a FCG tem estado a trabalhar no âmbito da Diversidade, tentando perceber como pode contribuir para a Agenda da Diversidade e pensar em estruturas que reflitam melhor a sociedade diversa que servem.
- Enquanto organização apolítica e independente, a FCG tem trabalhado diretamente com um *think-tank* sediado em Washington (mas também com existência no contexto europeu) – o Migration Policy Institute (MPI) – e, em torno destas temáticas, tem procurado perceber o que é que tem corrido bem ou menos bem noutros países com características semelhantes, tendo sempre em conta os diferentes contextos de cada sociedade;
- O foco inicial foi a produção de recomendações sobre dois temas: “serviços públicos inclusivos”, por um lado, e “policiamento de sociedades diversas”, por outro. No âmbito da temática do policiamento de sociedades diversas:
 - As recomendações produzidas foram entregues à Secretaria de Estado para a Integração e as Migrações e à Secretaria de Estado da Administração Interna do anterior Governo;
 - Foi feita uma mesa redonda em que se abordou o policiamento de proximidade e o recrutamento nos serviços policiais em Portugal;
- Mais recentemente, no dia 24 de junho de 2022, a FCG acolheu uma outra mesa redonda, resultante de meses de trabalho prévio, focada nas questões da diversidade étnico-racial em geral – e não exclusivamente da resultante dos movimentos migratórios – nas instâncias políticas nacionais:
 - Foi uma sessão de trabalho muito participada e que contou com a presença de atuais e antigos membros do Parlamento, como Romualda Fernandes, Joacine Kattar Moreira, a ex-Ministra da

Justiça, Francisca Van Dunem, antigos e atuais autarcas, como Beatriz Gomes Dias, mas também académicos, jovens ativistas, (entre eles um representante das comunidades ciganas que é bolseiro da FCG e se encontra a estudar Medicina). De referir ainda que os todos os partidos com assento parlamentar foram convidados, apesar de nem todos se terem feito representar. Estiveram também presentes fundações, como a Aga Khan e a Bosch – que acompanhou a sessão à distância –, bem como uma fundação do Reino Unido que acompanha de perto estas temáticas (Patchwork Foundation);

- O trabalho teve por base um documento prévio preparado pelo MPI – *background paper* – que apresentava nove recomendações, tendo havido na sessão muitos contributos para ajustar e acrescentar algumas recomendações. Uma das questões abordadas foi a da reciprocidade exigida no que se refere ao direito de voto em eleições locais:
 - Foi mencionado o facto de a reciprocidade funcionar em dois sentidos e a sua importância para a diáspora portuguesa – como o caso da Venezuela, em que há muitos portugueses naquele país e menos venezuelanos em Portugal havendo que salvaguardar, através deste mecanismo, o direito de voto dos portugueses naquele país;
 - A perspetiva da revisão constitucional foi também abordada. Neste quadro, esteve presente na sessão a Coordenadora Observatório das Migrações, Catarina Reis Oliveira, que apresentou as conclusões do Estudo do Observatório das Migrações, realizado em coautoria com a atual eurodeputada Isabel Estrada Carvalhais, também presente na sessão;
- Está agora ser preparado, com o Migration Policy Institute, um documento resumo desta sessão de cerca de três páginas para entregar aos participantes, às instâncias públicas e aos grupos de trabalho, que possa contribuir para a reflexão sobre a Diversidade nas instituições políticas nacionais.

O Conselheiro Jorge Malheiros questionou se seria possível ter acesso ao documento.

O Conselheiro Hugo Seabra informou que o documento seria disponibilizado em breve e que poderia ser partilhado com o CM.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Alta-comissária prosseguiu para o para o ponto 6. – *Outros assuntos* –, tendo prestado as informações quanto aos seguintes temas:

- Ponto de situação do Criação de um Grupo de Trabalho para os Acordos com os PALOP:
 - Foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) para análise de falhas, constrangimentos, propostas de melhoria do processo de vinda de doentes PALOP, bem como para a constituição dos pontos focais para apoio de casos concretos;
 - O GT é composto por representantes do ACM, da Direção-Geral da Saúde; do Instituto Camões, da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e do Instituto da Segurança Social;
 - O ACM enviou uma proposta de Plano de Ação, no seguimento das reuniões realizadas pelo GT, nos dias 2 de julho de 2021, 8 de outubro de 2021 e 27 de maio de 2022;
 - Nas reuniões, foram abordadas as competências de cada ministério no processo de vinda de doentes PALOP para tratamento em Portugal, tendo ficado decidido que todas as entidades envolvidas no GT participarão na elaboração de um fluxograma detalhado do procedimento;
 - O intuito é, detetadas falhas, constrangimentos e questões a melhorar, serem trabalhadas propostas de melhoria para o processo de vinda dos doentes dos PALOP;
 - Será marcada uma reunião com as Associações de Imigrantes para partilhar informação dos trabalhos desenvolvidos pelo GT.

- Reunião conjunta dos Países Campeões do GCM e do Grupo de Amigos das Migrações com a sociedade civil:
 - No dia 5 de abril de 2022 realizou-se, em formato online, uma reunião conjunta dos Países Campeões do GCM/PGM e do Grupo de Amigos das Migrações com a sociedade civil, ao nível de peritos;
 - A reunião teve como objetivo proporcionar um espaço em que a sociedade civil pudesse transmitir aos Estados Membros os seus contributos para a Declaração de Progresso do Fórum Internacional de Análise das Migrações (*International Migration Review Forum – IMRF*), em que *stakeholders* e delegados pudessem interagir livremente;
 - Portugal foi convidado a proferir a intervenção de abertura, em nome dos Países Campeões do GCM, e a moderar um segmento interativo.

- Ponto focal do Ministério da Justiça no CM:
 - No seguimento da última reunião do CM, em 17 de março, a equipa do DRIPMCM articulou com o Ministério da Justiça um contacto para as questões que têm sido suscitadas no âmbito dos trabalhos do Conselho para as Migrações;
 - Existe já um ponto focal do MJ pelo que, doravante, as questões que se prendam com o Ministério da Justiça, podem ser remetidas à equipa do DRIPMCM para posterior articulação com o novo ponto focal.
- Ponto de situação do trabalho já realizado pelo ACM no âmbito da iniciativa SOS Ucrânia:
 - Portugal já recebeu mais de 45 mil pedidos de proteção temporária, a maioria de mulheres, existindo também uma grande proporção de crianças entre os 0 e os 17 anos e que contabilizam pouco mais de 13 mil pedidos;
 - As várias entidades que constituem *task-force* do Governo para a implementação do programa de acolhimento continuam envolvidas nesta resposta, nomeadamente as equipas mistas constituídas pelo ISS, I.P., e pelo IEFP, I.P., para apoio na atribuição de prestações sociais e encaminhamento para o mercado de trabalho, formação e aprendizagem da Língua Portuguesa;
 - Ao nível da Educação, mantém-se o grande compromisso quanto às inscrições das crianças nas escolas, tendo parte das crianças sido integrada no final do ano letivo;
 - O pedido de proteção temporária tem incluído, desde o início, a atribuição imediata de números de Identificação Fiscal, Segurança Social e de utente do Serviço Nacional de Saúde, o que tem permitido aos requerentes de proteção temporária o acesso imediato a todos estes serviços;
 - O ACM, I.P., pretende deixar uma nota de agradecimento aos Municípios em todo este processo, sem os quais não teria sido possível o acolhimento expressivo que tem sido providenciado. A criação de uma rede alojamentos coletivos foi uma das respostas dadas e foi fundamental para apoiar quem chegou a Portugal sem opções de alojamento, encontrando-se atualmente nestes alojamentos pouco mais de mil pessoas. Cerca de nove mil pessoas estão já em situação de alojamento subsequente com o apoio, nomeadamente, do Programa Porta de Entrada, que permitiu alguma flexibilização no acesso à Habitação;

- Os Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes do ACM, I.P., atualmente 150 em todo o País, também têm estado mobilizados para dar resposta e fazer o acompanhamento de necessidades.

De seguida, a Alta-comissária passou a palavra à representante do Turismo de Portugal, Conselheira Ana Pais, para informar o CM do trabalho que o Turismo de Portugal tem estado a desenvolver no âmbito deste processo de acolhimento e integração de migrantes e refugiados.

Tomou a palavra a Conselheira Ana Paula Pais, que destacou:

- O Turismo de Portugal tem uma rede de 12 escolas que contam com diversos programas de formação direcionados para a integração, nomeadamente em Língua Portuguesa e Língua Inglesa;
- No setor do Turismo existe uma carência expressiva de formandos e de trabalhadores, pelo que a integração de migrantes através do setor Turismo poderá ser uma boa oportunidade, que os/as representantes das comunidades migrantes no CM poderiam divulgar, atendendo a que existem programas específicos de formação e de trabalho nos quais o Turismo de Portugal pretende integrar pessoas de diversas origens e meios culturais.

A Alta-comissária deu por concluído o ponto 6. da Ordem de Trabalhos – *Outros Assuntos* – e abriu um espaço para intervenções do plenário.

Pediu a palavra o representante da Região Autónoma dos Açores, Conselheiro José Andrade, que informou:

- Portugal participou, através da Região Autónoma dos Açores, no projeto europeu REGIN (Regions for Migrants and Refugees Integration), que decorreu entre fevereiro de 2020 e abril de 2022:
 - O projeto teve como objetivo capacitar as regiões e desenvolver sinergias para o acolhimento e integração de migrantes e refugiados e foi liderado pela Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM), tendo contado com seis parceiros regionais da União Europeia – Portugal (Região Autónoma dos Açores), Itália (Campânia e Apúlia), Espanha (Catalunha e Múrcia) e Suécia (Escândia);
 - Nos Açores, o projeto desenvolveu-se em várias vertentes, nomeadamente, com uma formação para o diálogo intercultural para o setor da Educação, em julho de 2021, que teve como parceiros a Direção-Geral da Educação dos Açores e o ACM, I. P., e visou proporcionar uma abordagem

introdutória sobre a compreensão da diversidade cultural e da relação com os outros no mundo atual. Abrangeu 19 agrupamentos escolares de sete Ilhas e foi dirigida a estudantes do ensino Básico e Secundário;

- Realizou-se também uma formação sobre o acesso à Saúde, com o apoio da Escola Superior de Saúde da Universidade dos Açores e do ACM, I.P., para informar e sensibilizar para as diferentes dimensões do acesso à Saúde por parte das comunidades migrantes em Portugal, e teve como participantes assistentes técnicos, enfermeiros, médicos e docentes da Escola Superior de Saúde e diretores e coordenadores da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel;
- Todas as iniciativas do projeto REGIN foram asseguradas pela Direção Regional das Comunidades, destacando-se duas iniciativas que permaneceram para além da vigência do projeto:
 - A conceção de um Guia do Migrante, que disponibiliza informação sistematizada relevante para a integração de cidadãos migrantes na sociedade açoriana e que foi traduzido em sete línguas. O Guia tem também uma componente de *website*, com informação em Inglês e Português, em permanente atualização, e uma aplicação que disponibiliza formulários e documentos para consulta e submissão online, em Português e Inglês;
 - Foi também constituída uma Rede Regional de Contactos Municipais para as Migrações, que pretende reforçar o atendimento permanente de serviços públicos municipais aos cidadãos migrantes;
- Na reunião final da CRPM, realizada no dia 25 de abril, na região da Escândia, na Suécia, ficou a conclusão expressa de que, das seis regiões do projeto REGIN, a região dos Açores foi a que mais atividades desenvolveu, tendo envolvido vários parceiros em tempo recorde, e conseguido uma efetividade muito visível por darem resposta a necessidades prementes.

A terminar a intervenção, o Conselheiro José Andrade deixou à consideração da Alta-comissária a realização de uma futura reunião do CM na Região Autónoma dos Açores, eventualmente em regime misto, e previsivelmente no próximo ano, como forma de o Conselho afirmar a sua abrangência nacional.

A Alta-comissária agradeceu a partilha de informação e o convite para a realização de uma reunião do CM nos Açores e disse que a viabilidade da proposta iria ser avaliada. Referiu ainda que o ACM, I.P., tem acompanhado de perto a realidade das migrações nos Açores, tendo a Alta-comissária inclusivamente estado na Região para celebrar a Semana dos Direitos Humanos, em dezembro passado.

Interveio o Conselheiro Pedro Lourtie que referiu, quanto aos dados apresentados no contexto do acolhimento de cidadãos deslocados da guerra da Ucrânia, que os estudantes deslocados no âmbito do conflito que se encontram em Portugal a estudar em instituições de ensino público têm acesso à Ação Social Escolar, Bolsas de Estudo, alojamento e alimentação.

Pediu a palavra o Conselheiro Hugo Seabra, para informar o plenário das seguintes iniciativas da FGC:

- Está patente, até 22 de agosto, a exposição «Europa, Oxalá», que conta com 60 obras de 21 artistas, cujas origens familiares são das antigas colónias em África;
- Associado também à exposição, decorre o Jardim de Verão da FCG, com a curadoria de Dino D’Santiago, e um conjunto de apresentações de artistas de origens africanas, principalmente na área musical;
- Muito próxima da sala onde se realiza a presente reunião, encontra-se um espaço de trabalho dos grupos ABC – Aprender, Brincar, Crescer –, que acolhe quase diariamente crianças ucranianas e as suas mães, com o objetivo de trabalhar com as crianças, antes da entrada para escola, questões dos três aos seis anos, com base numa metodologia validada e que está a ser financiada pela FCG.

Interveio o Conselheiro Jorge Malheiros:

- Agradeceu as várias informações prestadas, designadamente sobre o Grupo de Trabalho para os Acordos com os PALOP, cujo trabalho felicitou, tendo igualmente sugerido a presença da sociedade civil neste tipo de grupos de trabalho, numa lógica de democracia participativa;
- A propósito da sugestão de uma próxima reunião do CM nos Açores, que saudou, lembrou que aquela Região Autónoma esteve na génese do movimento associativo imigrante e que a primeira agenda da Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades de Imigrantes foi nos Açores, há quase 20 anos, foi um momento de particular dinâmica das estruturas associativas.
- Informou ainda que, no dia seguinte, seria apresentado no Centro Cultural de Cabo Verde um estudo tutelado pela Federação das Associações Cabo-verdianas, que procurou apoiar a ideia de uma visão estratégica para o associativismo imigrante cabo-verdiano atual.

Tomou a palavra a representante da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES), Mafalda Costa Macedo, que referiu, a propósito do apoio aos requerentes de proteção temporária, que não apenas na área da ação social, mas também quanto ao acesso ao Ensino Superior e ao reconhecimento de habilitações estrangeiras, existem vários

diplomas aprovados que visam a integração destas comunidades. Está também prevista uma forma própria de acesso ao Ensino Superior para os estudantes que detenham um pedido de proteção temporária, a qual não está sujeita à existência de vagas. Toda esta informação está disponível no *website* da DGES, em Português, Inglês e Ucrainiano.

O Conselheiro Jorge Malheiros questionou se os estudantes que beneficiam de proteção internacional quando se inscrevem no Ensino Superior têm de o fazer ao abrigo da legislação dos estudantes internacionais, o que significa que terão de pagar inicialmente.

A representante da DGES esclareceu que aqueles estudantes não estão sujeitos a um pagamento inicial, sendo considerados estudantes nacionais, em termos de pagamento de propinas e de todos os custos. Ingressam no Ensino Superior pelo concurso especial de estudante internacional, por uma via própria, mas aplicam-se-lhes os custos de estudante nacional.

A Alta-comissária disse pretender retomar as questões relativas ao Ensino Superior bilateralmente, para reforço de informação e para melhor esclarecer aqueles que procuram o ACM, I.P., com questões sobre o ingresso no Ensino Superior.

A Conselheira Lina Varela pediu a palavra:

- Questionou se seria possível obter o *link* para o Guia do Migrante referido pelo Conselheiro José Andrade;
- Esclareceu com a representante da DGES que os emails recebidos pela DGE de alguns refugiados que pretendem ingressar no Ensino Superior, estão a ser devidamente recebidos pela DGES, pelo que a DGE manterá o mesmo procedimento de encaminhamento;
- Quanto aos grupos ABC referidos pelo Conselheiro Hugo Seabra, sublinhou que a metodologia utilizada, no âmbito da educação não formal e que abrange as crianças e as suas famílias, é também validada pela DGE, entidade parceira desde a origem do projeto.

Interveio o Conselheiro Lívio de Moraes:

- Referiu que, numa iniciativa do Governo de Moçambique, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros daquele país, foi um dos quatro representantes eleitos da Comunidade Moçambicana em Portugal para

reportar, numa reunião internacional a realizar nos dias 3 e 4 de agosto, os problemas dos moçambicanos a viver em Portugal;

- Congratulou-se também com o apoio e a generosidade da FCG para com os artistas e a cultura africana, destacando que a cultura é também uma forma de prevenir a guerra, e sugerindo a organização de mais iniciativas semelhantes.

O Conselheiro Hugo Seabra agradeceu o repto lançado pelo Conselheiro Lívio de Moraes, e informou que seria transmitido à estrutura responsável pelos espaços expositivos. Referiu ainda o facto de a Arte Africana estar representada na Coleção de Arte Moderna da FCG com obras de vários artistas africanos residentes em Portugal, e que talvez o Centro de Arte Moderna da Fundação, que reabrirá em 2023, renovado, possa vir a refletir este tipo de exposições.

Tomou a palavra o representante da Guarda Nacional Republicana, Conselheiro Ricardo Silva:

- Começou por congratular a AEAB como um bom exemplo de missão para todos, enquanto comunidade, e saudou o dinamismo dos jovens, direcionado para os melhores fins;
- Informou que de 4 a 31 de julho de 2022, a GNR terá em marcha a Operação Campo Seguro, que estará representada em 94% do território nacional. A Operação terá como foco a prevenção e o combate ao Tráfico de Seres Humanos, atendendo à época de Verão, durante a qual aumenta a procura do trabalho agrícola. Esta Operação contará com o apoio de entidades civis, nacionais e internacionais, como por exemplo a Guardia Civil espanhola, e assinalará o Dia Mundial contra o Tráfico de Seres Humanos, no dia 30 de julho, e antecipará a o Dia Europeu de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, que se assinala no dia 18 de outubro.

O Conselheiro José Andrade pediu a palavra para informar a Conselheira Lina Varela que o Guia do Migrante se encontra disponível online no *website* migrantes.azores.gov.pt.

Interveio o Conselheiro Timóteo Macedo:

- Salientou que o combate ao tráfico de seres humanos passa pelo combate às políticas que alimentam o tráfico humano, nomeadamente as políticas restritivas de imigração que existem em alguns países europeus, bem como os discursos racistas e xenófobos, e perante os quais não se pode ser cúmplice ou ficar em silêncio. Referiu ainda que as políticas da Europa-Fortaleza têm de ser efetivamente combatidas;

- Quanto aos constrangimentos associados aos processos documentais dos imigrantes, questionou quando seria criada a Agência Portuguesa para as Migrações e Asilo, observando que milhares de imigrantes em Portugal aguardam anos por um agendamento, ficando com a sua vida suspensa.

A representante da Comunidade Ucraniana, Conselheira Nataliya Khmil, pediu a palavra para alertar que, no Porto, têm sido deixadas mensagens em carros de refugiados ucranianos, em que se lê «Saíam daqui!» ou «Não são bem-vindos!». A Conselheira disse estar preocupada com esta situação e receia que se verifique um aumento destes casos.

Em resposta ao Conselheiro Timóteo Macedo, a Alta-comissária informou o que o ACM, I.P. não dispõe de mais informação quanto à Agência Portuguesa para as Migrações e Asilo.

Pediu a palavra o representante da Comunidade Santomense, Conselheiro Celso Soares:

- Felicitou a AEAB pelo empenho e dedicação no trabalho que têm desenvolvido, bem como pelo seu reconhecimento pelo ACM, I.P.;
- Informou que tem estado em alguns encontros com a comunidade estudantil, em articulação com a Embaixada de São Tomé e Príncipe, e nos quais foram reportados constrangimentos por parte de estudantes do Ensino Profissional e Universitário, no Porto, quanto a questões de documentação. Face ao exposto, questionou a possibilidade de o ACM, I.P. reunir com aqueles estudantes para prestar apoio nas questões de documentação.

A Alta-comissária disse tomar nota e que seria feito o *follow-up* à situação referida pelo Conselheiro Celso Soares.

A terminar, a Alta-comissária transmitiu as seguintes informações finais:

- A ACT, em parceria com o ACM, I.P., tem conduzido sessões de esclarecimento, direcionadas para os cidadãos deslocados da Ucrânia, sobre direitos e deveres dos trabalhadores, bem como de sensibilização e prevenção para situações de exploração laboral;
- No âmbito da *task-force* de apoio aos cidadãos deslocados da Ucrânia, foram também já produzidos materiais no âmbito do combate e prevenção ao tráfico de seres humanos;
- Quanto à situação reportada pela Conselheira Nataliya Khmil, é muito importante recorrer às entidades competentes nestes casos, para que possam ser devidamente sinalizadas e acompanhadas. Além das

policiais, poderá ser dado conhecimento à Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), cujo site dispõe de um formulário online onde podem ser reportadas estas situações, ou pode ser solicitada uma reunião ao Gabinete Técnico de Apoio à CICDR para acompanhamento do caso.

A terminar a reunião, a Alta-comissária mencionou a triste notícia do falecimento do Padre Vaz Pinto, lamentando a sua morte, tendo considerado uma grande referência enquanto antigo Alto-comissário e a quem o Alto Comissariado para as Migrações deve muito da sua essência e forma de trabalhar.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Alta-comissária agradeceu o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian na organização da reunião e a presença de todos/as na reunião.

Alta-comissária deu a reunião por terminada pelas doze horas e dez minutos.

A Ata foi aprovada na Reunião do Conselho para as Migrações de dia 11 de outubro de 2022.

A Alta-comissária para as Migrações



Sónia Pereira